

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/MF n.º 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025**

Data, Hora e Local: Realizada no dia 22 de abril de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma digital *TEN Meetings* (“Plataforma Digital”), devendo ser considerada realizada na sede social da Três Tentos Agroindustrial S/A (“Companhia”), localizada na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n.º 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000.

Convocação: O edital de convocação foi publicado no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul nos dias 21, 24 e 25 de março de 2025, páginas 11, 02 e 01, respectivamente, com divulgação simultânea na íntegra no *website* do mesmo jornal, conforme o disposto no art. 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos *websites* de relações com investidores da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Quórum de Instalação e Presença: Compareceram à presente assembleia geral ordinária e extraordinária (“AGOE” ou “Assembleia”), em primeira convocação, acionistas representando 88,4% (oitenta e oito inteiros e quarenta centésimos por cento) do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelo registro de presença provido pela Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81; e (ii) pelo mapa de votação a distância consolidado elaborado com base nos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, do agente Escriurador das ações de emissão da Companhia, do agente de Custódia, caso este preste serviço de recebimento de boletim de voto a distância, ou diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81, podendo, portanto, a assembleia ser instalada regularmente, em primeira convocação, nos termos do art. 129 da Lei das Sociedades por Ações. Encontra-se presente, ainda, os Srs. Douglas Inácio e Cristiano Seguecio, representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda, auditores independentes da Companhia (“Auditores Independentes”).

Mesa: Presidente - João Marcelo Dumoncel; Secretário - Rodolfo Constantino de Tella.

Publicações: Relatório anual da administração, demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do parecer Auditores Independentes, publicados para consulta no dia 24 de fevereiro de 2025, nos termos do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações e do art. 27, §1º da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), na sede da Companhia e nos

websites da Companhia (<https://ri.3tentos.com.br/>), da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), bem como publicadas, em 14 de março de 2025, no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, páginas 3 a 7, com divulgação simultânea na íntegra no *website* do mesmo jornal.

Ordem do Dia: Deliberar sobre, em sede de **Assembleia Geral Ordinária (“AGO”)**: (i) a apreciação das contas dos administradores, do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; (iii) fixar em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição; e (v) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e, em sede de **Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)**: (i) aprovar o novo plano de opção de compra de ações da Companhia; e (ii) ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024 (“AGE 27/12/2024”) e retificar o Estatuto Social consolidado constante do Anexo II à respectiva ata, com a substituição por versão que reflete as alterações aprovadas na AGE 27/12/2024 com base no Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024.

Leitura dos Documentos: Foi dispensada pela unanimidade dos presentes, a leitura do mapa de votação sintético consolidando os votos proferidos por meio de boletim de voto a distância por já ser de conhecimento dos presentes, bem como dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Em seguida, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes à Assembleia havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e se desejava manifestar seu voto presencialmente na presente Assembleia, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do art. 48, §5º, inciso I, da Resolução CVM 81, ao qual foi manifestada a intenção por acionistas, os quais tiveram seu voto previamente enviado por meio de boletim de voto a distância desconsiderado e foram considerados os votos proferidos presencialmente na presente Assembleia.

Deliberações: Após verificação do quórum de instalação da Assembleia, autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o seguinte:

Em AGO:

- (i) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata, das contas dos

administradores, do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os administradores da Companhia que detêm ações de emissão da Companhia e estão presentes nesta Assembleia se abstiveram de votar na deliberação ora aprovada;

- (ii) A aprovação, sem ressalvas, por unanimidade de voto, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, da proposta da administração para a destinação integral do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 758.622.986,11 (setecentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e onze centavos), em conjunto com os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no valor de R\$ 947.392,20 (novecentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais e vinte centavos), destinados à conta de Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia, ficando ratificado o dividendo intermediário já pago no mês de março de 2025, no montante de R\$ 94.946.297,29 (noventa e quatro milhões, novecentos e quarenta e seis mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos) correspondentes a R\$ 0,1906320776 por ação;
- (iii) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, da fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 10 do Estatuto Social da Companhia, em 7 (sete) conselheiros, sendo 4 (quatro) membros efetivos e 3 (três) membros efetivos e independentes;
- (iv) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente, da reeleição ou eleição, conforme o caso, dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato unificado de 2 (dois) anos, com término na data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026:
 - 1. **João Marcelo Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15 de setembro de 1971, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 616.400.420-91, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
 - 2. **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15 de dezembro de 1962, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no CPF/MF

sob o n.º 463.873.310-72, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;

3. **Daniel Pires Carneiro**, brasileiro, nascido em 10 de agosto de 1981, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 12226569-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 092.207.157-83, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração;
4. **Marina Salles Fusco Piccini**, brasileira, nascida em 02 de junho de 1982, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG n.º 30779499 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 303.510.768-83, para o cargo de membro efetivo e independente do Conselho de Administração;
5. **Ademar Schardong**, brasileiro, nascido em 27 de novembro de 1955, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 2001153606 SSPRS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 199.486.200-97, para o cargo de membro efetivo e independente do Conselho de Administração;
6. **Jorge Luís Vargas Cardoso**, brasileiro, nascido em 17 de dezembro de 1959, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 6007346874 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 294.537.550-87, para o cargo de membro efetivo e independente do Conselho de Administração; e
7. **Luciana Todero Perin**, brasileira, nascida em 26 de maio de 1974, casada sob regime de comunhão universal de bens, contadora, portadora da cédula de identidade RG n.º 5053692132, inscrita no CPF/MF sob o n.º 613.585.760-68, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração.

Consignar a caracterização do **Sr. Ademar Schardong**, da **Sra. Marina Salles Fusco Piccini** e do **Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso**, ora eleitos, como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do art. 16, §§1º e 2º e no art. 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3. A caracterização dos conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos assinam e entregam à Companhia os termos de posse e as declarações de desimpedimento que formalizam

a investidura das referidas pessoas em seus respectivos cargos na administração da Companhia, que serão lavrados em livro próprio.

Todos os membros do Conselho de Administração possuem o mesmo endereço profissional, na Avenida Principal, nº 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000, cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

- (v) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor máximo de até R\$ 21.537.760,16 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta reais e dezesseis centavos); e
- (vi) Considerando o pedido de instalação válido do Conselho Fiscal apresentado por acionistas detentores de mais de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia:

(a) por unanimidade de voto, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, fixar em 3 (três) o número de membros a serem eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia.

(b) fica consignado que foi solicitada a adoção do mecanismo de votação em separado para eleição de 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente, a qual resultou na eleição do seguinte membro, por unanimidade de voto dos acionistas que participaram da eleição em separado:

Vanderlei Dominguez da Rosa, brasileiro, contador, casado, inscrito no CPF sob o nº 422.881.180-91, portador da cédula de identidade n.º 3026420368 SSP/RS, com endereço na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Bento Gonçalves, n.º 1403, Partenon, CEP 90650-002, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e **Clóvis Antonio Pereira Pinto**, brasileiro, contador, casado, inscrito no CPF sob o nº 065.997.948-90, portador da cédula de identidade n.º 13.790.194 SSP/SP com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Ferreira, 147, apto. 24-A-1, Água Branca, CEP 05033-080, como seu membro suplente.

(c) por unanimidade de voto, conforme mapa de votação consolidado constante do **Anexo I** à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, da seguinte forma:

Marcia Beatriz Guerra Dalmás, brasileira, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 561.540.110-91, portadora da cédula de identidade n.º 1035247012, com endereço na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Jari, 735. apto. 1607, torre 2, Passo D'Areia, CEP 91350-170, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e **Patricia Valente Stierli**,

brasileira, administradora de empresas, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 010.551.368-78, portadora da cédula de identidade n.º 4589089 SSP/SP, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Itacema, 246, apto. 32, Itaim Bibi, CEP 04530050, como seu membro suplente; e

Francisco Sergio Quintana da Rosa, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob o nº 095.664.300-00, portador da cédula de identidade n.º 8008638994 SSP/RS, com endereço na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Santo Inácio, n.º 139, apto. 702, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90.570-150, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e **Eduardo Magrisso**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 456.261.620-20, portador da cédula de identidade n.º 9008606866 SSP/SP, com endereço na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Gen. Nestor Silva Soares, 277, Bairro Três Figueiras, CEP 90510-40, como seu membro suplente.

(d) por unanimidade de voto, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, **aprovar**, sem ressalvas, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante global de R\$430.837,41 (quatrocentos e trinta mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), sendo que ficará a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual a cada conselheiro fiscal, observado o disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. Os suplentes dos membros do Conselho Fiscal somente serão remunerados quando atuarem em substituição aos membros efetivos.

Os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal tomarão posse dentro do prazo legal após a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Companhia. Os conselheiros fiscais ora eleitos também declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações para sua investidura como membros do Conselho Fiscal da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas da administração referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

Em AGE:

- (i) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, do novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos da Proposta da Administração; e
- (ii) A aprovação, sem ressalvas, por maioria de votos, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, a ratificação das deliberações

tomadas na AGE 27/12/2024 e a retificação do Estatuto Social consolidado constante do Anexo II à respectiva ata, com a substituição por versão que reflete as alterações aprovadas na AGE 27/12/2024 com base no Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024, de forma que o Estatuto Social da Companhia passará a vigor na forma do **Anexo II** à presente ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, ficando autorizada a lavratura e registro da presente ata na forma sumária e a publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultam os §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Presidente - João Marcelo Dumoncel; Secretário - Rodolfo Constantino de Tella.

Acionistas:

Em sede de AGO

Representados por Eduardo Costa Souza:

Lyndos Fia Investimento No Exterior, Hns Fundo De Investimento Em Acoes Investimento No Exterior, Foc 2 Fundo De Investimento Multimercado, Jr Fundo De Investimento De Aes Investimento No Exterior, Roatan Fundo De Investimento Em Acoes, Value Endeavor Fundo De Investimento Multimercado Crdito Priv, Blue Hill Fia Ie, Fhs Fundo De Investimento Em Ações Investimento No Exterior, Dezembro Fundo De Investimento Em Cotas Fim, Vinci Gas Fundo De Investimento Em Acoes, Jyn Fim Cp Ie, Elite Fundo De Investimento Em Acoes, X Lab Fia Ie, Mar Aberto Fundo De Investimento Em Acoes Investimento No Ex

Representados por Fatima Lúcia Ribeiro De Souza Mota Hasson:

Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, Celeiro Participações Ltda, Ald Participações Ltda, Boaventura Participações Ltda, Jm Participações Ltda, João Marcelo Dumoncel, Kduh Participações Ltda, Luiz Osório Dumoncel, Maria Beatriz Dumoncel Hoff, Dumtag Participações Ltda, Eduardo Augusto Pereira De Menezes Filho, Vânia Margarida Dumoncel Martins

Representados por Matheus Motta Zini, Felipe Pedroso:

Equitas Global Vision Master Fundo De Investimento Financeiro Em Ações - Responsabilidade Limitada, Equitas High Convictions Fundo De Investimento Financeiro Em Ações - Responsabilidade Limitada, Equitas Prev Master Fundo De Investimento Em Ações, Equitas Selection Institucional Master Fundo De Investimento De Ações, Equitas Master Selection Fundo De Investimento Financeiro De Ações - Responsabilidade Limitada

Representados por Anderson Carlos Koch:

Trigono Power Yield Fia, Trigono Dynamic Clube De Investimentos De Acoes, Trigono Flagship Small Caps Master Fia

Representados por Bruno Gebara Stephano, Tatiana Dutra Bacchin:

Tp Partners Public Equities Fund, Lp, Tarpon Intersection Master Fundo De Investimento Em Ações

Representados por Leandro Marques de O. G. Millano:

Maina Master Fia, Warm Fia

Representados por Carolina Hernandez Pagani Ferreira, Mayara Messias:

Bradesco H Fundo De Investimento De Ações Small Caps, Bradesco Fia Master Small Cap, Bram Long Biased Fif Classe Inv Em Acoes Resp Ltda, Bradesco Fia Smart Allocation, Bram Fia Long Only, Bram Fundo De Investimento De Ações Small Caps, Bradesco Fundo De Investimento Multimercado Long And Short, Bram Fia Institucional, Bram Fundo De Investimento Em Acoes Crescimento, Bradesco Fia Master Long Biased, Bradesco Fia Master Long Only, Bram Fim Equity Hedge, B-Index Morningstar Setores Cíclicos Brasil Fundo De Índice, B-Index Morningstar Brasil Pesos Iguais Fundo De Índice, Bradesco Master Equity Hedge Prev Fife Fif Mult Resp Ltda

Participantes que votaram por meio de voto à distância:

Jean Lucca Da Silva Lopes, Tork Long Only Itau Prev Fife Fia, Flavio Moreira Da Silva, Jose Manuel Rainho Da Silva, Wilmar Kleemann, Thrift Savings Plan, Hydrocenter Valvulas Tubos E Conexoes Ltda, Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F, Ishares Public Limited Company, Ishares Msci Global Agriculture Producers Etf, Tork Prev Fundo De Investimento Em Acoes Fife, Rogerio Franco Do Nascimento, First Trust Indxx Global Agriculture Etf, Vanguard Inv Funds Iv- Vanguard Ftse Global All Cap Index F, Eduardo De Sousa Lima, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, Tork Equity Hedge Fundo De Investimento Financeiro Em Acoes, Silvana Conceicao Silva, Nat West Bk Plc As Tr Of St James Pl Gl Small Comp Unit Fund, Fama Master Fundo De Investimento De Acoes, Vanguard Esg International, Acacia Conservation Fund, Lp, Usaa Emerging Markets Fund, The Regents Of The University Of California, Joao Vitor Rangel Nascimento, Rodolfo Martins De Oliveira E Silva, Vanguard Funds Plc / Vanguard Esg Emerging Markets, Flavio Goncalves Silva, Public Employees Retirement System Of Ohio, Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou, First Trust Emerging Markets Small Cap Alphasdex Fund, Joao Vitor Moreto Fernandes, Carlos Fonseca Avila, Thalysson Paulo Alves Pacheco, Ishares Iv Public Limited Company, Gustavo Rodrigues Rebonatti, Vanguard Funds Plc / Vanguard Esg Global All Cap U, Paulo Roberto Ambrosino Da Conceicao, Ishares Core Msci Emerging Markets Imi Index Etf, Thrift Savings Plan, Ccl Q Emerging Markets Equity Fund, Chang Hwa Co Bank, Ltd In Its C As M Cust Of N B Fund, Rodrigo Viana De Oliva, Carlos Michell Socachewsky, Acacia Ii Partners, Lp, Ernani Roberto Heerdt De Paiva, The United Nations Joints Staff Pension Fund, Texas Municipal Retirement System, Utah State Retirement Systems, Northern Trust Collective Eafe Small Cap Index Fund-Non Lend, Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim, Thomas Magno De Jesus Silveira, National Railroad Retirement Investment Trust, Police And Firemen's Retirement System Of New Jers, Tork Equity Hedge Plus Fif Acoes, State Of New Mexico State Inv. Council, Andre Marino Kuller, Tork Master Fia, Calebe Augusto Dos Santos, Water And Power Employees Retirement Plan, Ishares Msci Brazil

Small Cap Etf, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, Ishares Iii Public Limited Company, Acacia Delaware Brazil I Llc, Acacia Institutional Partners, Lp, Alaska Permanent Fund, Rogerio Heiss, Tork Long Only Institucional Master Fia, Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund Llc, Ssgatc I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., Vanguard Total International Stock Index Fd, A Se Van S F, Spartan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, Legal & General Collective Investment Trust, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust Ii, Tork Long Only Master Fundo De Investimento Em Acoes, State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, Ssga Spdr Etf Europe I Plc, Elton Estumano Pereira, State Of Alaska Retirement And Benefits Plans, Vanguard Investment Series Plc / Vanguard Esg Emer, Spdr Sp Emerging Markets Small Cap Etf, St St Msci Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund, Teacher Retirement System Of Texas, Virginia Retirement System, Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, California Public Employees Retirement System, Ccl U.S. Q Market Neutral Onshore Fund Ii, Cc And L Q 140-40 Fund, Ntgi-Qm Common Dac World Ex-Us Investable Mif - Lending, Vaneck Vectors Brazil Small-Cap Etf, Fama Fife Icatu Previdencirio Fundo De Investimento Em Aes, College Retirement Equities Fund, California State Teachers Retirement System, Andrei Gresele, Acacia Partners, Lp, Cleber Fabio Da Silva, Eam Emerging Markets Small Cap Fund, Lp, Stichiting Blue Sky Act Eq Em Mk Gl Fund, Ricardo Franco Da Silva, State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, Ishares Msci Emerging Markets Small Cap Etf, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Hsbc Etf Plc H Msci E M S C Esg U Etf Bc Bnp Paribas Br Sa

Em sede de AGE

Representados por Eduardo Costa Souza:

Lyndos Fia Investimento No Exterior, Hns Fundo De Investimento Em Acoes Investimento No Exterior, Foc 2 Fundo De Investimento Multimercado, Jr Fundo De Investimento De Aes Investimento No Exterior, Roatan Fundo De Investimento Em Acoes, Value Endeavor Fundo De Investimento Multimercado Crdito Priv, Blue Hill Fia Ie, Fhs Fundo De Investimento Em Ações Investimento No Exterior, Dezembro Fundo De Investimento Em Cotas Fim, Vinci Gas Fundo De Investimento Em Acoes, Jyn Fim Cp Ie, Elite Fundo De Investimento Em Acoes, X Lab Fia Ie, Mar Aberto Fundo De Investimento Em Acoes Investimento No Ex.

Representados por Fatima Lúcia Ribeiro De Souza Mota Hasson:

Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, Celeiro Participações Ltda, Ald Participações Ltda, Boaventura Participações Ltda, Jm Participações Ltda, João Marcelo Dumoncel, Kduh Participações Ltda, Luiz Osório Dumoncel, Maria Beatriz Dumoncel Hoff, Dumtag Participações Ltda, Eduardo Augusto Pereira De Menezes Filho, Vânia Margarida Dumoncel Martins.

Representados por Matheus Motta Zini, Felipe Pedroso:

Equitas Global Vision Master Fundo De Investimento Financeiro Em Ações - Responsabilidade Limitada, Equitas High Convictions Fundo De Investimento Financeiro Em Ações - Responsabilidade

Limitada, Equitas Prev Master Fundo De Investimento Em Ações, Equitas Selection Institucional Master Fundo De Investimento De Ações, Equitas Master Selection Fundo De Investimento Financeiro De Ações - Responsabilidade Limitada.

Representados por Anderson Carlos Koch:

Trigono Power Yield Fia, Trigono Dynamic Clube De Investimentos De Acoes, Trigono Flagship Small Caps Master Fia.

Representados por Bruno Gebara Stephano, Tatiana Dutra Bacchin:

Tp Partners Public Equities Fund, Lp, Tarpon Intersection Master Fundo De Investimento Em Ações.

Representados por Leandro Marques de O. G. Millano:

Maina Master Fia, Warm Fia.

Representados por Carolina Hernandes Pagani Ferreira, Mayara Messias:

Bradesco H Fundo De Investimento De Ações Small Caps, Bradesco Fia Master Small Cap, Bram Long Biased Fif Classe Inv Em Acoes Resp Ltda, Bradesco Fia Smart Allocation, Bram Fia Long Only, Bram Fundo De Investimento De Ações Small Caps, Bradesco Fundo De Investimento Multimercado Long And Short, Bram Fia Institucional, Bram Fundo De Investimento Em Acoes Crescimento, Bradesco Fia Master Long Biased, Bradesco Fia Master Long Only, Bram Fim Equity Hedge, B-Index Morningstar Setores Cíclicos Brasil Fundo De Índice, B-Index Morningstar Brasil Pesos Iguais Fundo De Índice, Bradesco Master Equity Hedge Prev Fife Fif Mult Resp Ltda.

Participantes que votaram por meio de voto à distância:

Flavio Moreira Da Silva, Jose Manuel Rainho Da Silva, Fernanda Helena Carvalho Goncalves Da Silva, Wilmar Kleemann, Thrift Savings Plan, Jean Lucca Da Silva Lopes, Tork Long Only Itau Prev Fife Fia, Flexshares Morningstar Emerging Markets Factor Tilt Index F, Ishares Public Limited Company, Ishares Msci Global Agriculture Producers Etf, Tork Prev Fundo De Investimento Em Acoes Fife, Rogerio Franco Do Nascimento, First Trust Indxx Global Agriculture Etf, Vanguard Inv Funds Icvv-Vanguard Ftse Global All Cap Index F, Eduardo De Sousa Lima, Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T, Tork Equity Hedge Fundo De Investimento Financeiro Em Acoes, Silvana Conceicao Silva, Nat West Bk Plc As Tr Of St James Pl Gl Small Comp Unit Fund, Fama Master Fundo De Investimento De Acoes, Vanguard Esg International, Acacia Conservation Fund, Lp, Usaa Emerging Markets Fund, The Regents Of The University Of California, Joao Vitor Rangel Nascimento, Rodolfo Martins De Oliveira E Silva, Vanguard Funds Plc / Vanguard Esg Emerging Markets, Flavio Goncalves Silva, Public Employees Retirement System Of Ohio, Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou, First Trust Emerging Markets Small Cap Alphasdex Fund, Joao Vitor Moreto Fernandes, Carlos Fonseca Avila, Thalysson Paulo Alves Pacheco, Ishares Iv Public Limited Company, Gustavo Rodrigues Rebonatti, Vanguard Funds Plc / Vanguard Esg Global All Cap U, Paulo Roberto Ambrosino Da Conceicao, Ishares Core Msci Emerging Markets Imi Index Etf, Thrift Savings Plan, Ccl Q Emerging

Markets Equity Fund, Chang Hwa Co Bank, Ltd In Its C As M Cust Of N B Fund, Rodrigo Viana De Oliva, Carlos Michell Socachewsky, Acacia Ii Partners, Lp, Ernani Roberto Heerdt De Paiva, The United Nations Joints Staff Pension Fund, Texas Municipal Retirement System, Utah State Retirement Systems, Northern Trust Collective Eafe Small Cap Index Fund-Non Lend, Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim, Thomas Magno De Jesus Silveira, National Railroad Retirement Investment Trust, Police And Firemen's Retirement System Of New Jers, Tork Equity Hedge Plus Fif Acoes, State Of New Mexico State Inv. Council, Andre Marino Kuller, Tork Master Fia, Calebe Augusto Dos Santos, Water And Power Employees Retirement Plan, Ishares Msci Brazil Small Cap Etf, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, Ishares Iii Public Limited Company, Acacia Delaware Brazil I Llc, Acacia Institutional Partners, Lp, Alaska Permanent Fund, Rogerio Heiss, Tork Long Only Institucional Master Fia, Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund Llc, Ssgatc I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F., Vanguard Total International Stock Index Fd, A Se Van S F, Spartan Group Trust For Employee Benefit Plans: Sp, Legal & General Collective Investment Trust, Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust Ii, Tork Long Only Master Fundo De Investimento Em Acoes, State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, Ssga Spdr Etf Europe I Plc, Elton Estumano Pereira, State Of Alaska Retirement And Benefits Plans, Vanguard Investment Series Plc / Vanguard Esg Emer, Spdr Sp Emerging Markets Small Cap Etf, St St Msci Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund, Teacher Retirement System Of Texas, Virginia Retirement System, Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of, American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark, California Public Employees Retirement System, Ccl U.S. Q Market Neutral Onshore Fund Ii, Cc And L Q 140-40 Fund, Ntgi-Qm Common Dac World Ex-Us Investable Mif - Lending, Vaneck Vectors Brazil Small-Cap Etf, Fama Fife Icatu Previdencirio Fundo De Investimento Em Aes, College Retirement Equities Fund, California State Teachers Retirement System, Andrei Gresele, Acacia Partners, Lp, Cleber Fabio Da Silva, Eam Emerging Markets Small Cap Fund, Lp, Stichiting Blue Sky Act Eq Em Mk Gl Fund, Ricardo Franco Da Silva, State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans, Ishares Msci Emerging Markets Small Cap Etf, Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund, Hsbc Etf Plc H Msci E M S C Esg U Etf Bc Bnp Paribas Br Sa.

Auditores Independentes:

Douglas Inácio e Cristiano Seguecio - KPMG Auditores Independentes Ltda.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Santa Bárbara do Sul/RS, 22 de abril de 2025.

João Marcelo Dumoncel
Presidente

Rodolfo Constantino de Tella
Secretário

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/MF n.º 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025

ANEXO I
MAPA DE VOTAÇÃO

Matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2025.

Código da Deliberação	Descrição da Deliberação em Assembleia Geral Ordinária	Voto Deliberação	Quantidade de Ações	% do Capital Social
i.	A apreciação das contas dos administradores, do relatório anual da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	Aprovar	195.603.843	39,3%
		Rejeitar	53.900	0,0%
		Abster-se	245.029.115	49,2%
ii.	A destinação do lucro líquido da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos.	Aprovar	440.685.808	88,4%
		Rejeitar	-	-
		Abster-se	1.050	0,0%
iii.	Fixar em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.	Aprovar	440.685.370	88,4%
		Rejeitar	688	0,0%
		Abster-se	800	0,0%
iv.	Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição. Chapa Única: Ademar Schardong (efetivo e independente)	Aprovar	412.772.349	82,8%

	Daniel Pires Carneiro (efetivo) João Marcelo Dumoncel (efetivo) Jorge Luís Vargas Cardoso (efetivo e independente) Luiz Osório Dumoncel (efetivo) Marina Salles Fusco Piccini (efetivo e independente) Luciana Toderó Perin (efetivo)	Rejeitar	22.294.969	4,5%
		Abster-se	5.619.540	1,1%
v.	Fixar da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Aprovar	436.491.788	87,6%
		Rejeitar	987.868	0,2%
		Abster-se	3.207.202	0,6%
vi.	Fixar em 3 (três) o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato.	Aprovar	399.983.328	80,3%
		Rejeitar	-	-
		Abster-se	5.618.633	1,1%
vi.	Indicação de candidatos ao Conselho Fiscal por acionista minoritário detentor de ações com direito a voto: Vanderlei Dominguez da Rosa (efetivo) / Clóvis A. Pereira Pinto (suplente)	Aprovar	11.768.334	2,4%
		Rejeitar	-	-
		Abster-se	3.175.900	0,6%
vii.	Indicação de candidatos ao Conselho Fiscal por acionista minoritário detentor de ações com direito a voto: Roberto Frota Decourt (efetivo) / Rosangela Costa Suffert (suplente)	Aprovar	3.175.900	0,6%
		Rejeitar	657.500	0,1%
		Abster-se	11.110.834	2,2%
viii.	Indicação dos membros para compor o Conselho Fiscal. Chapa Majoritária: Marcia Beatriz Guerra Dalmás (efetivo) / Patricia Valente Stierli (suplente) Francisco Sergio Quintana da Rosa (efetivo) / Eduardo Cozza Magrisso (suplente)	Aprovar	390.657.727	78,4%
		Rejeitar	-	-
		Abster-se	-	-
ix.	Fixar da remuneração global dos conselheiros fiscais para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.	Aprovar	401.768.561	80,6%
		Rejeitar	-	-
		Abster-se	3.833.400	0,8%
Código da Deliberação	Descrição da Deliberação em Assembleia Geral Extraordinária	Voto Deliberação	Quantidade de Ações	% do Capital Social

i.	Aprovar o novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia	Aprovar	418.405.351	84,0%
		Rejeitar	22.251.828	4,5%
		Abster-se	30.879	0,0%
ii.	Ratificar as deliberações tomadas AGE 27/12/2024 e retificar o Estatuto Social consolidado constante do Anexo II à respectiva ata, com a substituição por versão que reflete as alterações aprovadas na AGE 27/12/2024 com base no Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024.	Aprovar	440.685.961	88,4%
		Rejeitar	1.300	0,0%
		Abster-se	797	0,0%

Santa Bárbara do Sul/RS, 22 de abril de 2025

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A.

+55 55 3372-3700

ri@3tentos.com.br

ri.3tentos.com.br

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/MF n.º 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO II
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

CNPJ/ME nº 94.813.102/0001-70

NIRE 43.300.053.504

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 1. A **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A** (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores; membros do Conselho de Administração e da Diretoria (“Administradores”); e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000, podendo, mediante decisão do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente de Operações, abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social: (i) comércio de atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (4632-0/01); (ii) cultivo de milho (0111-3/02); (iii) cultivo de trigo (0111-3/03); (iv) cultivo de outros cereais (0111-3/99); (v) cultivo de soja (0115-6/00); (vi) produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto (01.41-5/01); (vii) atividades de pós-colheitas, incluindo os serviços de limpeza, lavagem, classificação, desinfecção, armazenamento, beneficiamento, tratamento, fracionamento, acondicionamento e reembalagem de sementes e cereais (01.63-6/00); (viii) fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho (1041-4/00); (ix) fabricação de alimentos para animais (1066-0/00); (x) moagem e fabricação de produtos de origem vegetal (1069-4/00); (xi) fabricação de Biodiesel à base de óleo de soja, outros grãos e a base de gordura animal (1932-2/00); (xii) fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais (2013-4/02); (xiii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária

(3314-7/11); (xiv) representantes comerciais e agentes do comércio de cereais beneficiados (4611-6/00); (xv) comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas (4632-0/02); (xvi) comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado (4632-0/03); (xvii) comércio atacadista de óleos e gorduras (4637-1/03); (xviii) comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e acessórios (4661-3/00); (xix) comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.); (xx) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos no solo (46.83-4/00); (xxi) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipais, interestadual e internacional (49.30-2/02); (xxii) transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2/03); (xxiii) armazéns gerais - emissão de warrant (52.11-7/01); (xxiv) armazenagem de produtos agropecuários por conta de terceiros (5211-7/99); (xxv) participação em outras sociedades (6462-0/00); (xxvi) locação de bens imóveis (6810-2/02); (xxvii) atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (7020-4/00); (xxviii) testes e análises técnicas (71.20-1/00); (xxix) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (7210-0/00); (xxx) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (74.90-1/03); (xxxi) comércio atacadista de sementes, flores plantas e gramas (4623-1/06); (xxxii) produção e comercialização de energia elétrica e seus derivados decorrentes de cogeração (3511-5/01 e 3513-1/00); (xxxiii) atividade etanol (1931-4/00); (xxxiv) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial (8599/6-04); (xxxv) emissão de certificados digitais (6319/4-00); (xxxvi) serviços de cartografia, topografia e geodésia (7119-7/01); (xxxvii) cultivo de oleaginosas de lavoura temporária não especificada anteriormente (0116-4/99); (xxxviii) produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado (3530-1/00); e (xxxix) fabricação de óleo em bruto de milho (1065-1/02).

Parágrafo Único – O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.565.586.775,75 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 498.297.647 (quatrocentas e noventa e oito milhões, duzentas e noventa e sete mil, seiscentas e quarenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º- É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º- Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, conforme venha a ser definido no respectivo contrato, observados os limites máximos fixados pela CVM, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 35, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, dentro do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada sem direito de preferência para os antigos acionistas ou com a redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício, observado o disposto no Artigo 6, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 6. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º- O aumento do capital social, dentro de seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e condições de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º- Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar programa de concessão de ações e/ou programa de opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo 3º - Conforme previsto no Artigo 5, parágrafo 4º acima, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício desse direito pelos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, desde que a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública para aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 7. A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Artigo 8. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III **DA ADMINISTRAÇÃO**

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 9. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º- Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º- O disposto no Parágrafo 1º deste Artigo 9 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a acumulação de cargos mencionada no Parágrafo 1º acima e as respectivas providências sejam devidamente divulgadas na forma do Regulamento do Novo Mercado e cesse no prazo de até 1 (um) ano.

Parágrafo 3º- Os Administradores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Parágrafo 4º- Os Administradores da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável.

Parágrafo 5º- Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Administrador substituído.

Parágrafo 6º- O termo de posse de que trata o Parágrafo 3º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do Administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social.

Parágrafo 7º- No desempenho de suas funções, os Administradores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazos de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e suas subsidiárias: (i) os acionistas; (ii) os empregados ativos; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

Seção II - Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 10. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ("Conselheiros").

Parágrafo 1º- Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberado na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 2º- Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 1º acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º- Para fins deste Estatuto Social, entende-se por "Conselheiros Independentes", aqueles que atendam aos critérios de independência e enquadramento fixados no Regulamento do Novo Mercado, bem como, enquanto a Companhia possuir acionista controlador, aqueles

eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- Homenagem aos Fundadores. Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a cultura da Companhia, a Companhia os nomeará “Conselheiros Beneméritos”, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do *caput* do Artigo 10 e de seu Parágrafo 1º acima.

Subseção II – Eleição

Artigo 11. Ressalvado o disposto no Artigo 12, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pelo sistema de chapas.

Parágrafo 1º- Na eleição de que trata este Artigo 11, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 11.

Parágrafo 2º- O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração (ou em data anterior, caso assim requerido pela legislação aplicável), disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ela indicada, contendo: (i) sua qualificação completa, com indicação de pelo menos um domicílio no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão; (ii) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, a principal atividade profissional que exerce no momento e, se for o caso, os cargos ocupados em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, bem como escolaridade e qualificações profissionais e acadêmicas; (iii) declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, (iv) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, incluindo declaração de que não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (v) declaração de que atende ao requisito de

reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) declaração de que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ou, na sua impossibilidade, informações detalhadas sobre as razões que impedem tal declaração; e (vii) confirmação do cumprimento dos requisitos definidos no Regulamento do Novo Mercado, especialmente o candidato indicado ao cargo de Conselheiro Independente.

Parágrafo 3º- Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração: (i) declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo 2º acima, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente; ou alternativamente (ii) declarar que obtiveram do indicado a informação de que está em condições de firmar tal declaração, indicando as eventuais ressalvas.

Parágrafo 4º- A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º- Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com observância do Parágrafo 2º do Artigo 5º deste Estatuto Social, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo 6º- Sempre que forem indicados candidatos de forma individual, a votação não se dará pelo sistema de chapas e ocorrerá na forma de votação individual de candidatos, observado, para fins de indicação, o percentual mínimo do capital social aplicável nos termos da legislação e da regulamentação da CVM.

Artigo 12. Na eleição dos membros do Conselho de Administração, é facultado a acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, desde que observados os percentuais mínimos de participação no capital social previstos na legislação aplicável, e que o façam no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 1º- Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presenças e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

Parágrafo 2º- Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 11, bem como os

candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 11 deste Estatuto Social.

Parágrafo 3º- Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Parágrafo 4º- Caso a Companhia esteja sob controle de acionista ou grupo de acionistas, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, excluído o acionista controlador, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 11 deste Estatuto Social que sejam com ela incompatíveis.

Artigo 13. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

Subseção III – Reuniões e Substituições

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, seu Vice-Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante notificação escrita, por meio físico ou eletrônico, ou de qualquer outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único- Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 14, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo 1º- As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 2º- Nenhum membro do Conselho de Administração poderá participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da Administração da Companhia ou das sociedades por ela controladas, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de

interesse conflitante com os interesses da Companhia ou de suas controladas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 3º- Salvo exceções expressas neste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá voto de qualidade.

Artigo 16. Ressalvado o disposto na legislação aplicável e observado o previsto no Parágrafo Único deste Artigo 16, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Parágrafo Único- Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente, respeitada a limitação prevista no Artigo 9, Parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 17. No caso de ausência, o Conselheiro ausente poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado mediante manifestação escrita, por meio físico ou eletrônico, entregue, na data da reunião, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da mesa, caso este não seja o Presidente do Conselho de Administração, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente.

Parágrafo 1º- Caso o Conselheiro a ser representado seja Conselheiro Independente, o Conselheiro que o representar também deverá se enquadrar na condição de Conselheiro Independente, salvo se os termos de seu voto já estiverem previamente definidos.

Parágrafo 2º- No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º- Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente

da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico.

Parágrafo 1º- Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do *caput* deste Artigo 18, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia física ou eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º- Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, incluindo as atas das reuniões do Conselho de Administração relativas ao reporte trimestral das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria não estatutário, que serão divulgadas nos termos da regulamentação aplicável à Companhia.

Parágrafo 3º- O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Subseção IV – Competência

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, assim como o controle e fiscalização de seus desempenhos, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis, por este Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado, pelas políticas e regimentos da Companhia:

- (i) eleger e destituir os Diretores e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social e a legislação vigente;

- (ii) aprovar: (a) o Regimento Interno do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês de Assessoramento e suas estruturas administrativas; (b) o Código de Conduta e Ética da Companhia; e (c) determinadas políticas e normas internas que venham a ser adotadas pela Companhia relacionadas ou que façam referência à governança da Companhia, bem como suas alterações;

- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- (vi) aprovar a emissão de ações pela Companhia dentro do limite do capital autorizado;
- (vii) aprovar: (a) a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e (b) a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes* ou outros títulos ou valores mobiliários similares, para distribuição pública ou privada;
- (viii) examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia e de suas controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pelos Diretores ou pelos Comitês de Assessoramento;
- (ix) nomear ou destituir os auditores independentes contratados pela Companhia ou pelas suas controladas, bem como homologar o plano de auditoria interna;
- (x) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos;
- (xi) aprovar, a cada 5 (cinco) anos, o plano geral de negócios proposto pelos Diretores, que consiste no planejamento estratégico quinquenal da Companhia e suas eventuais atualizações anuais ("Plano Geral de Negócios"), que engloba, mas não se limita, aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros da Companhia e de suas controladas;
- (xii) aprovar, anualmente, os orçamentos, planos de investimentos, endividamento, planejamentos de usos e fontes de recursos, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das suas controladas, bem como eventuais modificações ("Orçamento Anual"). O Orçamento Anual de determinado ano, corrigido pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicar-se-á ao ano seguinte até que o Orçamento Anual do referido ano seja aprovado;

(xiii) aprovar a assinatura ou a rescisão, pela Companhia e por suas controladas, de contratos relacionados ao curso normal dos negócios, bem como quaisquer alterações ou aditivos a tais contratos, que envolvam valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(xiv) aprovar a participação da Companhia, ou de suas controladas, em licitações (exceto no curso normal dos negócios, incluindo sem limitação em licitações relacionadas a leilões de biodiesel, *commodities* e seus variados) que envolvam valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xv) aprovar anualmente as diretrizes gerais de patrocínio e doação filantrópica que envolvam valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), observada a vedação prevista no artigo 154, parágrafo 2º, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações;

(xvi) aprovar: (a) a tomada de empréstimos, obtenção de financiamentos e qualquer ato que implique endividamento, entre a Companhia e terceiros ou entre uma controlada da Companhia e terceiros que envolvam valor igual ou superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (b) a contratação pela Companhia de contratos de derivativos (incluindo, mas não limitado a, *swaps*, opções, *hedge*, NDF, contratos futuro, contratos a termo, etc.) que envolvam valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xvii) aprovar a concessão pela Companhia em favor de terceiros ou por uma controlada da Companhia em favor de terceiros, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias no contexto de obrigações da Companhia ou de controlada da Companhia nos termos do inciso (xvi) acima, respeitado os limites e operações nele descritos;

(xviii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xix) aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, a Companhia ou suas controladas e, de outro: (a) quaisquer partes relacionadas da Companhia; (b) entidades que não façam parte do grupo econômico da Companhia e detenham participação em qualquer controlada da Companhia, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detém participação em determinada controlada da Companhia, em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (c) quaisquer partes relacionadas de controladas da Companhia que não se enquadrem nos itens anteriores (que não a própria Companhia ou suas controladas); observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse da Companhia e o

Plano Geral de Negócios ou o Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length*);

(xx) ressaltadas as competências descritas nos incisos (xiii) e (xvi) a (xix) acima, aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, pela Companhia e por suas controladas em valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(xxi) aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(xxii) aprovar dissolução ou liquidação de suas controladas, bem como solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pelas mesmas;

(xxiii) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas, no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior, que não estejam previstos no Plano Geral de Negócios ou no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável): (a) em valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (b) sempre que o patrimônio líquido da sociedade beneficiária final do investimento for negativo em seu último balanço patrimonial anual auditado;

(xxiv) aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e na estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas;

(xxv) aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(xxvi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à

Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;

(xxvii) definir os parâmetros de risco e exposição financeira da Companhia, inclusive por meio de aprovação de políticas, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento;

(xxviii) analisar e acompanhar, trimestralmente, o ITR enviado à CVM;

(xxix) aprovar a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e indicar seus respectivos membros;

(xxx) aprovar atribuição e orçamento: (i) da área de auditoria interna (incluindo a terceirizada, se for o caso) e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, receber o reporte daquela área avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamentos são suficientes ao desempenho de suas funções; (ii) do Comitê de Auditoria, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) dos demais Comitês de Assessoramento, se e quando instalados;

(xxxi) aprovar a abertura de capital das controladas da Companhia na categoria A, conforme previsto nas Instruções Normativas da CVM;

(xxxii) determinar o voto a ser proferido pela Companhia em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual a Companhia venha a deter participação, em relação às matérias acima referidas;

(xxxiii) aprovar os termos e condições gerais de contratos de indenidade a serem eventualmente celebrados entre a Companhia ou qualquer de suas controladas e seus respectivos administradores, membros de órgãos auxiliares da administração ou membros do Conselho Fiscal; e

(xxxiv) aprovar programas de concessão de ações ou programas de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e respectivos modelos de contratos de concessão de ações ou de opção de compra de ações conforme limites determinados pelos planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 20. Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais ou, em caso de sua vacância, ao Vice-Presidente.

Seção III - Da Diretoria

Subseção I – Composição e Reuniões

Artigo 21. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor desde que observado o disposto no Artigo 9, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social, sendo designados: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações; (c) 1 (um) Diretor Financeiro; (d) 1 (um) Diretor Comercial; (e) 1 (um) Diretor de Insumos; (f) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e (g) os demais Diretores sem designação específica.

Artigo 22. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Subseção II – Competência

Artigo 23. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º- Compete ao Diretor Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (iii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Operações e/ou com o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; e (v) administrar os assuntos jurídicos e de *compliance* em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º- Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar na definição e executar

do planejamento estratégico da estrutura operacional da Companhia; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades e questões relacionadas ao fluxo operacional da Companhia; (iii) em conjunto com o Diretor Presidente e/ou com o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) prestar suporte ao Diretor Presidente; e (v) auxiliar na contratação e formação das diretorias de áreas, sendo responsável pelo acompanhamento do cumprimento de metas e da execução do Plano Geral de Negócios.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o Diretor Presidente e/ou com o Diretor Vice-Presidente de Operações, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 26 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro, fiscal/tributária, facilities e compras da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) sugerir e acompanhar oportunidades de fusões e aquisições; (x) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (xi) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (xii) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (xiii) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de hedge e/ou de riscos de mercado da Companhia.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor de Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) definir, planejar e executar o planejamento estratégico da área comercial da Companhia; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades referentes à execução do plano de marketing e vendas da Companhia; (iii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades das equipes comerciais; (iv) coordenar o departamento comercial e de projetos da Companhia; (v) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir planos de expansão geográfica da Companhia; e (vi) participar da definição das políticas de recurso humanos da Companhia, sendo responsável pela coordenação, organização, supervisão e

direção das questões de recursos humanos relacionadas às equipes comerciais das unidades de negócios da Companhia; e (vii) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor de Insumos, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar e executar as atividades da Companhia relacionadas aos seus insumos; (ii) definir, planejar e executar o plano estratégico de compra e venda dos insumos comercializados e produzidos pela Companhia; (iii) planejar e administrar as atividades relacionadas ao desenvolvimento, pesquisa, inovação e venda de insumos; (iv) participar da elaboração do plano de marketing da Companhia; (v) participar do processo de recrutamento e seleção dos colaboradores da sua equipe; e (vi) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Parágrafo 6º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser compelidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo 7º Compete aos Diretores sem designação específica demais atos de gestão da Companhia, conforme atribuições que serão definidas oportunamente pelo Conselho de Administração.

Subseção III - Substituição e Vacância da Diretoria

Artigo 24. O Diretor Presidente será substituído, observado o disposto no Artigo 9, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social: (i) em caso de ausência ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, por qualquer diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias por qualquer outro diretor designado pelo Conselho de Administração; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Artigo 25. Os demais Diretores serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, pelo Diretor Financeiro, pelo Vice-Presidente de Operações ou por qualquer diretor indicado pelo Diretor Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Subseção IV- Representação da Companhia

Artigo 26. Ressalvadas as regras constantes da política de alçadas financeiras da Companhia e os casos previstos nos Parágrafos deste Artigo 26, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

- (i) de 2 (dois) Diretores, sendo um deles, necessariamente: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações.

- (ii) de 1 (um) procurador com poderes específicos em conjunto com: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações; e

- (iii) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º- Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

Parágrafo 2º- É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Parágrafo 3º- A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais, entidades de classes e B3; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias

de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas.

Artigo 27. Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores sendo um deles, necessariamente, (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice-Presidente de Operações, que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 (um) ano.

CAPÍTULO IV **DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 28. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Parágrafo 1º- A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses.

Parágrafo 2º- A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser simultânea e cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 3º- A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 5º- Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização por outros meios e/ou em prazo maior.

Parágrafo 6º- A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 7º- A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 8º- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O presidente da mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 9º- Caberá exclusivamente ao presidente da mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, resolver qualquer controvérsia relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada.

Artigo 29. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, informando seu nome, residência e a quantidade de ações de que forem titulares, observado, ainda, o disposto no Artigo 31, parágrafo 3º abaixo.

Parágrafo 1º- O Livro de Presença de Acionistas será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º- Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do Livro de Presença de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 30. A Companhia deverá iniciar o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, cabendo ao acionista apresentar: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a apresentação desse comprovante; e (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Único- Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no *caput* deste Artigo 30, antes do encerramento do Livro de Presença de Acionistas, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 31. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 5.

Parágrafo 1º- A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo 2º- Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, sendo permitida a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º- O registro em ata dos acionistas que tenham participado por meio de boletim de voto a distância ou sistema eletrônico de participação a distância (nos termos do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada) será realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas poderão ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado pela Companhia para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 32. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis ou neste Estatuto Social:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores;
- (iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (v) reformar o Estatuto Social;

- (vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado;
- (vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado;
- (viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação de ações, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado;
- (xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Artigo 33. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Parágrafo 1º- Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no *caput* deste Artigo 33 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias de seu recebimento, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo 2º- Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos que a lei reconhece como essenciais.

Parágrafo 3º- A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

Artigo 34. É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, o voto proferido por acionista em deliberação que possa beneficiá-lo de modo particular ou em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 35. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º- O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo 2º- A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável.

Parágrafo 4º- O termo de posse de que trata o Parágrafo 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social.

Parágrafo 5º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 6º- Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 7º- Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que. (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador.

Artigo 36. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º- Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º- O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º- Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 37. O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º- As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 2º- A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º- Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 38 abaixo.

Parágrafo 4º- Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a

destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 38. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º- O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 2º e 3º deste Artigo 38;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo 38, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva

para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e

(vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 2º- Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares.

Parágrafo 3º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 39. Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º- Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º- O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 40. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 41. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 42. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição (“OPA”) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 43. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e observar os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na legislação societária; e (ii) os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo Único- A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de OPA mencionada neste Artigo 44, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral e nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 45. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da B3 e, quando exigida pela legislação aplicável, da CVM.

Artigo 46. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública até que esta seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII **DA LIQUIDAÇÃO**

Artigo 47. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade.

CAPÍTULO IX **DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Artigo 48. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo 1º- A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 2º- Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO X **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 49. A Companhia observará, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer

acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede.

Artigo 50. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 51. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 52. As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, observarão ao disposto no presente Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na legislação vigente.

Artigo 53. As seguintes disposições advindas do Regulamento do Novo Mercado previstas neste Estatuto Social: o Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1, o Parágrafo 3º do Artigo 5, os Parágrafos 2º e 3º do Artigo 9, o Parágrafo 3º do Artigo 10, o item (xxxii) do Artigo 19, os itens (xi) e (xii) do Artigo 32 e o Capítulo VII, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, exceção feita ao Artigo 48, o qual passa a vigor a partir da data de aprovação do presente Estatuto Social.
